

LUCIANA DE ARAÚJO CARNEIRO

**A EVASÃO ESCOLAR E SUA RELAÇÃO COM AS
CAMADAS POPULARES.**

RIO DE JANEIRO
2001

Luciana de Araújo Carneiro

A EVASÃO ESCOLAR E SUA RELAÇÃO COM AS CAMADAS
POPULARES

Universidade do Rio de Janeiro
Centro de ciências humanas
Escola de Educação
Departamento de didática
Disciplina: monografia

Reitor: Pietro Novellino
Decano do cch: Maria José Cavalleiro de Macedo Wehling
Diretora da escola de educação: Dayse Martins Hora
Chefe de departamento de didática : Mônica Mandarino
Professora: Denise Sardinha Mendes Soares Araújo

A EVASÃO ESCOLAR E SUA RELAÇÃO COM AS CAMADAS
POPULARES

LUCIANA DE ARAÚJO CARNEIRO

Monografia apresentada à Escola de
Educação da Uni-Rio para conclusão
Do curso de pedagogia

Professor orientador: Angela Maria de Souza Martins

Rio de Janeiro
2001

CARNEIRO, Luciana de Araújo. **A evasão escolar e sua relação com as camadas populares**. 2001. f. Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia)-Escola de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

C215 Carneiro, Luciana de Araújo.
A evasão escolar e sua relação com as camadas populares. - 2001.
49 f.

Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia)
-Escola de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

1. Evasão Escolar. 2. Classe sociais de baixa renda. I. Título.

CDD - 371.219
CDU - 371.212.8

SUMÁRIO:

Dedicatória.....	01
Agradecimentos.....	02
Resumo	03
Introdução.....	04
1-O fracasso escolar e sua incidência junto as camadas populares.....	05
2-Escola pública:uma instituição para o povo contra o povo.....	20
3- A escola como reprodutora do status-quo	32
Considerações Finais.....	47
Referência Bibliográfica.....	49

DEDICATÓRIA:

Dedico este trabalho à minha amada avó, a pessoa mais importante da minha vida!!!

AGRADECIMENTOS:

Em primeiro lugar, agradeço à Deus. A minha orientadora Angela Maria Souza Martins, à minha família e aos meus amigos.

Sem a participação efetiva de cada uma destas pessoas certamente o resultado deste trabalho não seria o mesmo.

Muito obrigada!!!!!!!!!!!!

RESUMO:

Partindo da realidade caótica do sistema educacional público brasileiro, este estudo objetiva sobretudo identificar as causas da evasão escolar e sua relação com as camadas populares, uma vez que é neste setor da sociedade que aparece praticamente como uma regra. Para isto faz-se necessário passar por questões como a relação entre sociedade e escola, a questão cultural no contexto escolar e fundamentalmente o papel da escola como viabilizadora da transformação social ou como reprodutora da ideologia da classe dominante. Refletimos neste trabalho as razões da evasão e do fracasso escolar na escola brasileira.

INTRODUÇÃO:

Dentro do campo da educação, um tema que sempre me instigou bastante foi a relação entre a evasão escolar e o motivo pelo qual este sempre se dá junto as camadas populares, sendo desta forma mais um mecanismo de exclusão social.

No primeiro capítulo, abordo como o fracasso escolar leva o aluno a abandonar a escola. Fracasso este que por mecanismos diversos culpabiliza sempre o aluno, sua família e o seu meio cultural pobre, desfavorecido. A escola é vista como isenta de responsabilidade, desta forma, a grande maioria dos educadores tradicionais não buscam as possíveis soluções para reverter este quadro. Analiso também a questão da cultura que a escola valoriza e como esta é distante da realidade dos alunos das camadas populares e por último, de que forma o fracasso escolar leva ao fracasso social.

No segundo capítulo, analiso a instituição que se destina à educação das camadas populares, a escola pública, como sua estrutura colabora para a exclusão, e como ela exerce uma atitude ambígua, uma vez que não está voltada para os interesses dos alunos das camadas à qual se destina.

No terceiro e último capítulo, que considero a parte central desta monografia, analiso a quanto a escola colabora para a manutenção do status- quo, de que a escola não colabora para a ascensão do indivíduo. É como se a evasão fosse propósito da educação brasileira. E de que forma educadores comprometidos com os interesses das camadas populares podem exercer um trabalho que de alguma forma possibilite que o aluno ultrapasse os limites que o próprio sistema educacional impõe e se torne sujeito crítico, capaz de atuar de forma significativa na sociedade.

Como educadora, acredito na importância de atuar dentro das brechas que o sistema educacional possibilita, para atuar de forma a possibilitar que os interesses das camadas populares sejam realmente satisfeitos, colaborando para a manutenção destes alunos dentro da escola..

Parafraseando Paulo Freire, acredito em “ uma pedagogia fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando.”

1-O FRACASSO ESCOLAR: SUA INCIDÊNCIA JUNTO AS CAMADAS POPULARES

Se partirmos do princípio que a escola desde que foi instituída, deveria ser uma instituição capaz de compartilhar os conhecimentos históricos importantes com todos os indivíduos de uma sociedade, não é difícil perceber que o fracasso ronda esse sistema educacional. Não há qualidade no ensino oferecido aos segmentos populares, constatamos que o fracasso escolar atinge níveis alarmantes. Não restam dúvidas que a evasão e a repetência revelam um fracasso da escola.

Apesar de esforços de alguns setores da sociedade brasileira e as tentativas realizadas com o intuito de democratizar as oportunidades educacionais, o que temos de concreto em nosso país são resultados ainda muito limitados. Isso se deve a precariedade de nossas condições sócio-econômicas e também ao desinteresse dos governos pela educação.

O que chamamos de fracasso engloba tanto a reprovação quanto a evasão escolar, pois estes dois fenômenos estão intimamente ligados entre si. Ao longo de nosso trabalho, aprofundaremos a análise sobre o fracasso escolar sob a ótica histórica, já que não podemos negar que o sistema educacional está intrinsecamente vinculado ao contexto histórico.

O fracasso escolar é um fenômeno educacional que se evidenciou com o processo de universalização da educação. Com o avanço do modo de produção capitalista e o avanço da industrialização surge a necessidade da universalização do ensino elementar, no sentido de formar uma mão de obra minimamente instruída que pudesse dar conta das novas tarefas. Assim as camadas populares começam a freqüentar a escola, e esta não encontra-se preparada para receber esse novo contingente de alunos. E esta realidade se faz presente em toda nossa história educacional.

A distribuição do saber sempre foi marcado pela exclusão das camadas populares, constatou-se que o fracasso escolar está majoritariamente relacionado aos setores populares.

A exclusão da escola está ligado a “ baixa produtividade da escola ” nas suas tarefas e concretiza-se nos mecanismos de seletividade intra-escolar, são eles: a reprovação, a repetência e a evasão escolar.

Fazendo uma análise acerca da ação pedagógica desenvolvida pela escola junto as camadas sociais que sofrem o processo de exclusão escolar (ou seja, as camadas populares) observa-se que o primeiro obstáculo encontrado pelas crianças das classes populares na escola, é a maneira como esta trata as experiências dos seus alunos. A escola valoriza e trata como se fosse universal as experiências das camadas médias e altas da população, desconsiderando as formas simbólicas e a relação com o mundo construídas pelas crianças das camadas populares.

Por desconsiderar esta criança e o seu modo de vida, a escola cobra dela conhecimentos, comportamentos, que não fazem parte da sua realidade. Desta forma, a escola rotula estas crianças como incapazes, imaturas ou deficientes, colaborando com a postura histórica que preconiza como universais e verdadeiras os padrões das classes médias e alta.

Freitag (1986) declara que esta escola, legitima o saber para uns e a ignorância para outros e aponta a reprovação como sendo um elemento fundamental nesse processo.

Não podemos analisar a questão da repetência apenas sob o ponto de vista pedagógico, a reprovação é acima de tudo um ato político, uma vez que atinge de maneira desigual as crianças de origem sociais diferentes, incidindo mais sobre as camadas populares da sociedade. Por isso mesmo, é um mecanismo interno de reprodução e agravamento da seletividade social.

A escola considera como incompetentes aqueles alunos que apresentam desempenho escolar insuficiente, comportamento inadequado ou incapacidade de reproduzir a língua padrão, estes alunos serão punidos com a reprovação. Com isso, a escola revela uma face autoritária e repressiva, instituindo a chamada “ pedagogia da repetência” que supõe que a repetição gera aprendizagem e que o padrão para superar o fracasso escolar está em fornecer mais e mais educação. As causas que levaram este aluno a deixar de aprender, simplesmente não são consideradas.

Assim, a reprovação escolar que ao ponto de vista pedagógico, deveria ter o objetivo de possibilitar ao aluno refazer a sua aprendizagem e superar suas dificuldades, não acontece. O que encontramos é a estigmatização do aluno reprovado, que passa a ser considerado o incapaz, deficiente. O mesmo acontece com relação a sua família, que acaba sendo rotulada como desinteressada e desestruturada.

No cotidiano escolar, verifica-se por muitas vezes que aqueles que tiveram seus erros confirmados pela reprovação, são aqueles que abandonam a escola. Estes alunos acabam abandonando a escola convencidos de que são responsáveis pelo seu fracasso.

Garcia (1986) aponta a expressão “ evasão escolar “ como um mecanismo escamoteador do processo de exclusão das crianças das camadas populares, evidenciando que a evasão, a repetência, são aspectos cruciais da seleção social que se processa via instituição escola, ou seja, ao lançar mão destes artifícios a escola nada mais faz do que reproduzir as desigualdades encontradas no interior da sociedade, ela cria mecanismos para expulsar os alunos dela mesma, quando deveria contribuir para sua permanência, a escola faz justamente o contrário daquilo que as camadas populares esperam dela, por isso evadem.

Esta discussão traz a tona a questão da universalização e democratização do acesso a escolaridade da população de sete a quatorze anos, tal como é prevista na atual Constituição Federal. Embora o discurso oficial seja de garantir o direito a educação, a realidade educacional no Brasil hoje ainda é de exclusão significativa da rede pública de ensino. A reprovação e a evasão escolar nas redes públicas de ensino, especialmente nas séries iniciais são dados relevantes para buscar possíveis soluções com o intuito de reduzir os índices de fracasso e principalmente garantir uma escola pública de qualidade.

Esta preocupação com a universalização do saber, assim como a questão do fracasso escolar, não são recentes no quadro educacional brasileiro. Mas após o golpe militar de 64 se evidenciou mais claramente a presença das camadas populares na escola pública, quando acentua-se o fracasso escolar.

É necessário fazer uma retrospectiva de como foi analisada a questão do fracasso escolar na história da educação brasileira, onde percebe-se que sempre esteve presente o discurso da

educação voltada para os segmentos populares. Este discurso anunciava que todos os indivíduos da sociedade deveriam ter as mesmas oportunidades, entretanto a prática sempre foi de total exclusão das camadas populares..

Foi a partir da década de 30 com a criação do Ministério da Educação e Saúde, é que se promoveu a primeira reforma no que diz respeito ao ensino superior, secundário e comercial. Antes de 1930, a estrutura escolar estava organizada em dois sistemas bem diferentes de ensino: sistema federal abrangia o ensino secundário e superior, que era destinado às elites; os sistemas estaduais, compreendendo os ensinos primário e profissional, estes destinados as camadas populares. Assim, quem freqüentasse o ensino profissional, se quisesse ingressar em um curso superior, deveria cursar o secundário, já que o profissional não dava acesso ao curso superior.

De acordo com os estudos realizados por Ribeiro, os dados referentes ao período compreendido entre 1932 e 1936 indicam um aumento percentual em relação as despesas com educação . Esse aumento de recursos permitiu apenas que a organização escolar fosse ampliada. Entretanto, é insuficiente para introduzir as modificações desejadas na organização escolar

Quanto a ampliação, Ribeiro salienta: aumento de população escolarizada (35%); ampliação no número de professores (27%) e um melhor resultado no trabalho escolar em termos de aprovação dos alunos. Entretanto, a organização escolar não se alterou de forma significativa.

Nota-se que a escola continua altamente seletiva, o que se torna evidente se confrontarmos o número de alunos que concluíram o ensino elementar com os que concluíram o ensino médio e superior. Além disso, manteve-se a discriminação entre o ensino técnico, profissional, voltado para a formação de mão de obra subalterna, e o ensino secundário, preparatório para o vestibular e para a formação das elites.

De forma paralela, na década de 40 e 50, a educação brasileira continuava a apresentar pontos de estrangulamento; no período compreendido entre 1940,1960 aumentou em números absolutos o contingente de brasileiros analfabetos com idade superior a quinze anos; as taxas de analfabetismo da população de quinze anos foram de 56% (1940); 50,2% (1950) e 39,4% (1960); a matrícula de Quarta série era de 10,4% (1935); 14,8% (1945) e 16,5% (1955) em

relação aos matriculados no mesmo ano na primeira série; apenas 13% (1935), 16,4% (1945) e 20,9% (1955) dos que iniciavam o curso primário conseguiram concluí-lo quatro anos depois.

Todos esses dados permitem concluir que, desde essa época, o sistema educacional brasileiro apresentava problemas referentes ao atendimento do direito de todos a educação. Observou-se que o analfabetismo e a seletividade indicam um sistema educacional elitista e discriminatório.

Na década de 60, a partir da constatação de que os alunos que evadiam da escola eram quase sempre provenientes das camadas populares, surgiu uma teoria para justificar este fracasso, alegando que a causa seria o meio cultural pobre destes alunos que seriam considerados pobre em estimulação. Surge a teoria da carência cultural, que surgiu para explicar o sucesso desigual entre segmentos sociais diferentes, tal teoria fundamentava-se em preconceitos e estereótipos que apenas servem de fachada para justificar as desigualdades encontradas na política educacional.

Diversas pesquisas foram feitas sobre a relevância desta teoria, a partir das características físicas, sensoriais-motoras, cognitivas, intelectuais e emocionais de crianças pertencentes a diferentes classes sociais, esta teoria afirmou que a pobreza ambiental nas classes baixas produz deficiências no desenvolvimento psicológico infantil que seriam a causa de suas dificuldades de aprendizagem e de adaptação escolar.

Esta análise culturalista surgiu na tentativa de substituir a também fracassada análise de que os alunos das camadas populares fracassavam por deficiências biológicas. Ambas as teorias responsabilizam o aluno pelo fracasso, é sempre no indivíduo que algo está faltando, a escola e a sociedade estariam totalmente isentas de qualquer tipo de responsabilidade.

Na década de 70, esta investigação ganha uma maior importância junto ao trabalho de alguns pesquisadores brasileiros. Poppovic em concordância com a abordagem culturalista, propõe a expressão “ marginalização culturalista “ referindo-se aos aspectos resultantes de fatores ambientais, ou seja, as condições de vida e os aspectos culturais, que atuam de forma significativa junto as camadas populares que acabam sendo determinantes no fracasso do indivíduo e conseqüentemente na manutenção do seu baixo nível de participação na sociedade.

Ao concordar com tal teoria, o educador está legitimando uma determinada classe social, impondo uma determinada visão de mundo, com sua linguagem, hábitos e costumes. Tornando assim, a cultura das classes privilegiadas como sendo a única correta, válida, universal para todos os membros de uma sociedade, e as camadas populares cabe imita-la, do contrário será massivamente excluído.

Os defensores desta teoria não criticam a estrutura social que é responsável por estas desigualdades, o que demonstra a inadequação dessas idéias. Sabe-se que a idéia de compensação de carências está ligada a igualdade de oportunidades e não de condições, as desigualdades têm origens econômicas e nada têm de relação com as desigualdades naturais ou de dom ou inteligência.

Em nossa sociedade, sempre se fez presente o discurso da incompetência dos pobres, das classes menos favorecidas, afirmando-se que as diferenças sociais de seus alunos que os tornam deficientes, alguns educadores, não se dão conta que esta teoria surgiu apenas para explicar sobre o ponto de vista das classes dominantes, questões que levam a evasão das camadas populares.

Desta forma, as diferenças de qualidade de vida entre as classes sempre foi justificada por aqueles que em cada ordem social, são considerados competentes para elaborar uma interpretação legítima de mundo, trata-se da interpretação das classes dominantes, cujo maior objetivo seria o de ocultar que as divisões sociais, são divisões de classes, reafirmando a condição ideológica da classe dominante

“cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes, uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes.” (Chauí, 1981, p.113-114)

Além disto, esta teoria não considera o homem como sujeito histórico. O direito ao acesso escolar propõe uma concepção de homem que permita compreender o processo de desenvolvimento e aprendizagem partindo de uma visão sócio-histórica. Isto significa que devemos retirar o foco do problema do fracasso do sujeito, faz-se necessário analisar as relações sociais que dão significado aos fatos. Logo, deve-se romper definitivamente com a idéia de uma natureza humana desvinculada do social, o que significa compreender que as dificuldades na aprendizagem não se encontram única e exclusivamente no indivíduo, mas vão se formando e se cristalizando pelas interações sociais. Ou seja, trata-se de considerar que todos os homens são

sujeitos históricos. No entanto, o que se evidenciou nos estudos sobre fracasso escolar foi uma proliferação de hipóteses de déficit ou anormalidade derivadas de um discurso médico-patológico, totalmente centrado no sujeito. As explicações apresentadas para o fracasso escolar psicologista, biologicista e culturalista, representam um discurso de “ patologia da pobreza “ que precisa ser superado. É necessário compreender as condições de vida dos alunos das camadas populares na organização global da sociedade e vislumbrar a questão do fracasso para além do prisma da irreversibilidade da análise reprodutivista.

Atualmente a concepção do fracasso escolar afirma que este resulta da divisão da sociedade em classes, e que para evita-lo ou diminui-lo seria necessário que a escola valorizasse a cultura de origem da criança, permitindo-lhe progressivamente compreender a dominação que sofre e a partir daí ter subsídios para questionar e lutar para modificar esta dominação, instrumentalizando a criança para atuar nessa sociedade desigual e competitiva que a torna “carente”.

“ Quando analisamos nossos alunos como deficientes ou carentes, tendo em mente algum substrato da classe dominante, a educação se volta para o suprimento de deficiências ou carências. Não estaremos respeitando a cultura do indivíduo, que embora seja diferente é rica e poderá ser complementada.”

(Kramer,1984,p.11)

Esta postura, infelizmente muito comum na prática de professores apontam para uma “ atitude etnocêntrica” uma vez que, defende que os indivíduos que tem uma cultura diferente da classe dominante, são inferiores. Os partidários desta postura, não criticam a estrutura responsável por estas diferenças. Sabemos que as camadas populares quando entram na escola, trazem consigo uma cultura que é muito rica, mas que não são aceitas na escola, essas pessoas são consideradas como deficitárias ou inferiores.

Desta forma, a escola legitima e veicula padrões de comportamento das classes dominantes, submetendo os indivíduos das classes populares a um processo aculturador no qual seus valores, expressões e atitudes são constantemente corrigidos ou até mesmo substituídos pelo professor. E o aluno que não se adapta, que de alguma forma resiste a esse processo, ou seja, que defende-se culturalmente, é tido como indisciplinado, desajustado e desadaptado e conseqüentemente reprovado, considerado um fracassado.

O que observa-se claramente nessas abordagens, é que negar a cultura das classes populares, é mais uma forma encontrada pelo sistema educacional para mascarar o fracasso ao qual submete os indivíduos das camadas populares, a partir de uma mistificação da superioridade daqueles que têm acesso aos bens econômicos, sociais e culturais.

Mesmo tendo observado alguns avanços no que diz respeito a compreensão do papel da escola na aprendizagem e principalmente, para o desenvolvimento do indivíduo, ainda permanece uma forte marca liberal no pensamento educacional brasileiro, o que contribui para a cristalização deste discurso da competência, sobretudo em se tratando das camadas populares.

O ensino público, deveria viabilizar a democratização dos estudos, tornando-se um instrumento de emancipação das camadas populares, ou seja, que os alunos oriundos de meios sociais menos favorecidos tivessem as mesmas chances de êxito de que qualquer outro aluno independente de seu meio social.

“ A escola precisa garantir a igualdade e assegurar as diferenças entendendo que a heterogeneidade é riqueza e não obstáculos”
(Kramer, 1985)

Portanto se a escola não é capaz de respeitar as diferenças de seus alunos ela acaba por legitimar a exclusão, expulsando aqueles que não se adaptam a ela, quando deveria fazer o contrário. As estatísticas apontam que os alunos sobretudo das camadas populares evadiram das salas de aula analfabetos ou semi analfabetos sem os conhecimentos mínimos para sobreviver numa sociedade letrada.

Para os alunos das camadas populares é como se a escola fosse um mundo a parte, desconectado da realidade, onde só se admitem aqueles que falam bem. Desta forma, a aprendizagem da leitura é o primeiro elemento responsável pelo fracasso escolar. Já no primeiro ano de escola, a criança se vê frente ao aprendizado de uma língua que para ela é estranha, totalmente diferente daquela do seu meio, trata-se de uma língua escolar, aquela tida como única correta. Assim, as várias formas de comunicação dos alunos são reprimidas, aqueles que insistem em comunicar-se da sua maneira são penalizados. Nesse sentido, Carraher e Schlimann (1982) relacionam a exclusão no início do processo de escolarização- onde são desenvolvidos as mais

básicas habilidades numéricas e lingüísticas – a ocupação de tarefas inferiores ou semi-qualificadas em nossa sociedade.

1.1-FRACASSO ESCOLAR É SINÔNIMO DE FRACASSO SOCIAL?

Uma vez já constatado o vínculo existente entre o fracasso escolar as camadas populares, faz-se necessário analisar se este fracasso escolar leva o indivíduo a um fracasso social.

A princípio podemos analisar dois extremos da nossa escala social e ver a relação entre posição social e ocupação profissional, e se a escola colabora para a mobilidade social do indivíduo das camadas populares:

- 41,7% dos filhos das famílias de executivos entra na vida profissional com o mesmo status do pai
- 63,9% dos filhos de famílias operárias tornam-se operários

Assim, pode-se também constatar que os resultados escolares determinam em grande parte a carreira profissional de seus alunos, de forma que o lugar de cada um na escala social é determinado pelos seus resultados escolares. De acordo com as estatísticas os filhos dos operários permanecem operários, dificilmente tem acesso à universidade

Isto se dá devido a mecanismos secretos no interior da escola que acabam por legitimar estas desigualdades.

As crianças já chegam à escola com desigualdades e trata-las em pé de igualdade significa aumentar esta desigualdade.

Desta forma, podemos perceber que a escola está atrelada a divisão técnica e social do trabalho, uma vez que, encontra-se no interior de uma sociedade capitalista que para manter-se no poder deve formar profissionais especializados assim como aqueles que deverão ocupar posições subalternas. Ou seja, a escola reproduz as desigualdades sociais quando impede as camadas populares de ter acesso ao saber, estabelecendo assim uma relação muito próxima entre fracasso escolar e fracasso social.

Isto pode ser facilmente constatado ao verificarmos que quanto maior o número de anos na escola, menor o número de alunos das camadas populares, com isso, a escola fornece

conhecimentos e diplomas a uma minoria (que chamamos de elite cultural brasileira) e recusa-os a maioria da população (as classes populares) já que fornece a cultura da classe dominante. Assim, a escola legitima essa separação social entre uma minoria que pensa e a maioria que simplesmente executa

Submetida a essa lógica da divisão do trabalho, a escola reforça a hierarquização da sociedade, pois de um lado forma em suas universidades profissionais especializados, do outro lado enquanto houver empregos não qualificados com o mínimo de qualificação, a escola tratará de produzir indivíduos para ocupar tais empregos: são justamente aqueles que fracassaram em seus estudos, que se convencem de que são considerados inferiores pela sociedade, não têm outra opção a não ser se contentar com empregos menos qualificados e conseqüentemente de baixa remuneração.

Até mesmo a atitude dos pais em relação ao desempenho escolar dos filhos vai variar de uma classe para outra. Os pais das camadas dominantes passaram por uma escolaridade bem mais longa, conhecem o mundo escolar, podendo intervir de maneira mais direcionada num possível fracasso do seu filho, podendo lançar mão de recursos variados para que a criança supere a dificuldade e que não venha a ser reprovada.

Ao passo que, para os pais das crianças das camadas populares, a escola representa também um meio de projeção de um futuro melhor, de uma mobilidade social, entretanto, sentem-se desarmados diante da escola, não têm subsídios para colaborar para o sucesso escolar do seu filho. Logo, aceitam com resignação as decisões escolares que influenciam decisivamente no futuro profissional dos seus filhos. É como se para eles o fracasso já fosse algo esperado, perfeitamente aceitável, utiliza-se muito a expressão “ é assim mesmo filho de pobre é ruim de aprender...”.

Podemos concluir que numa sociedade hierarquizada como a nossa, a produção do fracasso escolar (de empregos pouco qualificados e mal remunerados) é tão importante quanto a produção da chamada elite cultural, ou seja, os diplomados.

Assim sendo, a escola deveria propiciar ao aluno a possibilidade de uma ascensão social. No entanto, como isto é possível se a escola através de seus inúmeros mecanismos discriminatórios nega esta possibilidade a estes alunos?

Como já verificamos anteriormente, a escola responsabiliza sempre o aluno e o seu meio cultural pobre pelo fracasso dos alunos das camadas populares, entretanto enquanto a estrutura da instituição não for adequada a realidade dos alunos de baixa renda, a escola continuará produzindo o fracasso, e conseqüentemente o fracasso social, pois estará colocando tais indivíduos em condições desfavoráveis em relação aqueles que tiveram acesso ao saber institucionalizado. Isto se pensarmos a nível de Brasil atual, em tempos onde o conhecimento esta cada vez mais elitizado, onde para estar preparado para atuar concretamente no mercado de trabalho, o indivíduo tem que cada vez mais, dominar competências múltiplas (hoje dizemos que aquele que não domina um computador é analfabeto, o que podemos esperar dos alunos que abandonam a escola ainda semi-analfabetos em sua própria língua materna?). Como pode um indivíduo que teve seu acesso a escolarização negado, competir de forma atuante em sociedade (cada vez mais competitiva.) numa realidade come esta?

Temos então uma situação bastante ambígua, exige-se cada vez mais um profissional especializado capaz de dominar múltiplas funções, enquanto a escola continua a produzir uma legião de fracassados.

Logo, podemos concluir que o fracasso escolar produz o fracasso escolar, e a escola legitima este fracasso uma vez que não colabora para a manutenção do aluno da camada popular na instituição e que o ensino nela oferecido não preparo o aluno para esta realidade.

Sabe-se que a possibilidade de acesso aos bens culturais, é sem dúvida, um caminho para a obtenção de empregos e portanto para o desempenho da cidadania. Negar as camadas populares o acesso a estes bens culturais, é mais uma forma de discriminação social, gerando conseqüências perversas para a maioria da população: excluir os mais pobres, legitimando a exclusão através de procedimentos técnicos e pedagógicos.

1.2- O QUE DIZEM AS ESTATÍSTICAS.....

Esta discussão traz a tona a questão da universalização e democratização do acesso a escolaridade da população de sete a quatorze anos, tal como é prevista na atual Constituição

Federal . Embora o discurso seja de garantir o direito a educação , a realidade educacional no Brasil hoje ainda é de exclusão significativa das classes populares. A reprovação e a evasão escolar na rede pública de ensino, especialmente nas séries iniciais, apresentam dados relevantes e por isso precisa-se buscar possíveis soluções para reduzir os índices de fracasso e principalmente garantir uma educação pública de qualidade.

Todos estes fatores são verificados claramente ao analisarmos os dados estatísticos no ano de 1996, ao compararmos a diferença entre o número de alunos aprovados e reprovados nas séries iniciais. Tais dados revelam o elevado número de alunos que fracassam, ou seja, que não conseguem se adaptar aos mecanismos da instituição escolar

	APROVADOS	REPROVADOS
TOTAL	267.618	42.933
1º SÉRIE	101.729	24.636
2º SÉRIE	88.695	12.994
3º SÉRIE	77.194	5.303

Cerca de 20% dos alunos do ensino fundamental fracassam, outros 4,5% desistem e engrossam as estatísticas da evasão. No total nove milhões de alunos deixam de aprender. É incrível mas pouco tem sido feito para reverter essa situação. No Brasil, o problema parece ser inevitável. Como pode a escola conviver com tamanha vergonha, permitir que tantos alunos continuem sem aprender? Durante anos, o fracasso foi louvado porque acreditava-se que quanto mais um professor reprovasse, melhor ele era (seria o mesmo que dizer que o bom médico é aquele que mata...).

Dados do Ministério da Educação mostram que 91% da população de sete a quatorze anos tem acesso a escola, porém, se por um lado o país alcançou níveis significativos de crianças em idade escolar na escola, por outro lado a qualidade do ensino deixa a desejar.

Os dados mostram elevadas taxas de repetência no ensino fundamental que tendem a ser superiores a 50% para alunos de primeira série.

Todos estes dados fazem concluir que a escola não tem conseguido atender aos alunos com equidade e qualidade, e mostram como a cultura escolar tem colaborado para promover a repetência e a evasão escolar de forma bastante significativa.

A escola recebe a cada ano um número de alunos que trazem para dentro dela a sua realidade, as experiências que ele adquiriu em seu meio social, e o que a escola faz é tratar a todos da mesma maneira, como se todos fossem iguais, e não é necessário nenhuma análise sociológica mais profunda para concluirmos que nossos alunos não são iguais.

Em se tratando da análise do rendimento escolar das classes populares, seria uma atitude hipócrita e anti-pedagógica, se o professor desconsiderasse que existem raízes sociais que interferem de certa forma na aprendizagem de seus alunos. Diagnosticar estes elementos é o primeiro passo, ao analisar de fato a realidade social dos seus alunos das camadas populares, podemos analisar algumas delas, separando-os entre fatores intra e extra escolares.

Os fatores intra-escolares referem-se, principalmente, às condições de organização e funcionamento do próprio ensino, podemos citar alguns fatores importantes:

- inexistência de escolas em muitas regiões do país, principalmente nas áreas rurais mais distantes e com menor densidade populacional, assim como na periferia das grandes cidades;
- grandes índices de reprovação nas séries iniciais do ensino, como indicadores de baixo rendimento e também como fatores explicativos da evasão escolar;
- despreparo do corpo docente, em muitas regiões constituído em grande parte por professores leigos;
- deficiências materiais e escassez de recursos didáticos
- existência de numerosas escolas com um único professor para as diversas séries;
- curta duração diária dos trabalhos escolares;
- monotonia do ensino, que resiste à modernização
- ensino desvinculado do modo de vida das populações a que se destina.

O rendimento escolar dependerá em grande parte da organização e do funcionamento da própria escola, e as escolas são diferentes, de um lado temos, as boas escolas, com instalações e materiais adequados, bem equipadas de materiais didáticos, selecionando e preparando seus professores e toda equipe, respeitando nos currículos e na organização em geral, os estilos de vida de sua clientela, que obviamente se trata das classes dominantes.

No outro extremo, temos escolas desprovidas de prédios e materiais didáticos, abrigando alunos de séries diversas sob os cuidados de um professor leigo, algumas vezes tão despreparado quanto sua própria clientela.

Entre os fatores extra-escolares do fracasso escolar, podemos mencionar os seguintes aspectos:

- A fome que atinge dois terços da população brasileira. Quando durante a infância a criança não recebe uma alimentação adequada ela pode vir a ter perda de potencial intelectual;
- “ Choque cultural entre os conteúdos do ensino e as condições de vida econômica, social e cultural das comunidades rurais e semi-urbanas, bem como das camadas citadinas superiores.(...) Amplos segmentos das populações subalternas, sobretudo nas zonas rurais e na periferia das áreas urbanas, vivem segundo valores, normas de comportamento, atitudes, crenças, enfim, segundo uma cultura em geral que não a valoriza, não a aceita e não a leva em consideração. Por mais complexos e adaptativos que possam ser esses contextos culturais, eles estão excluídos da escola.” (Beisegel, celso. Op. Cit., p. 405.)
- Necessidade de trabalho do menor de família de baixa renda. É um fenômeno que ocorre tanto nas áreas rurais quanto urbanas, em que o trabalho do menor torna-se indispensável na complementação do orçamento familiar

Os fatores apontados levam-nos a concluir que, mesmo que as escolas fossem semelhantes, elas apresentariam rendimentos diversos, de acordo com as variações nas características sócio culturais de suas clientelas.

Partindo destas questões podemos de imediato destacar algumas condições básicas para a reversão do fracasso escolar. De imediato, é preciso garantir uma maior permanência dos alunos na escola e a formação de classes menos numerosas. Os currículos devem ser revistos, obviamente que é preciso existir um mínimo curricular articulado em nível nacional (PCN), mas tomando-o como ponto de partida, de modo que as unidades escolares possam elaborar suas

próprias diretrizes pedagógicas, evitando que as camadas populares fiquem privadas do saber científico universalmente estabelecidos. Priva-los do acesso a esse saber é criar mais um mecanismo discriminatório.

Assim sendo, podemos concluir que há um fracasso escolar facilmente reconhecido pelos altos índices de evasão e repetência e que este é ainda maior entre os alunos de baixa renda. São estes que são levados a fracassar, são vítimas de um sistema educacional que não está preparado para atuar de maneira direta com a realidade destes alunos. Encontra-se inserido dentro de uma instituição que a todo momento cria processos seletividade intra-escolar que acarreta na expulsão de crianças das camadas populares. Assim o fracasso é seletivo, atinge antes de tudo as classes desfavorecidas, isto é, a maioria, para estas crianças o fracasso é regra ao passo que é excepcional entre as crianças das classes privilegiadas.

A escola não precisa necessariamente ser assim. Ela pode mudar seu padrão de qualidade de modo a reverter o quadro de fracasso. Para isso terá que ser tecnicamente adequado as características das crianças, garantindo melhores condições de aprendizado. Na verdade, podemos considerar que as estruturas sócio econômicas de nossa sociedade é que constituem no fator mais grave para que se dê realmente a democratização das oportunidades escolares. Essas estruturas é que estabelecem condições extremamente desiguais: privilegiam alguns, em prejuízo de uma grande massa.

Portanto, para que a escola torne-se aberta a um maior número de crianças durante um maior número de anos, é necessário que as mudanças nas condições escolares sejam acompanhadas também de alteração das condições de vida da população. É preciso que a educação ajude as pessoas a se conscientizarem sobre sua realidade, na maioria das vezes injusta, e a se engajarem na luta pela transformação da realidade.

Em decorrência desta análise, podemos concluir que competência técnica é um instrumento de luta político. Se a escola, produzir uma nova competência a serviço das camadas populares ela estará instrumentalizando esses grupos a ações de mudança.

2 ESCOLA PÚBLICA: UMA INSTITUIÇÃO PARA O POVO CONTRA O POVO.

2.1- PERSPECTIVA HISTÓRICA:

Quando analisamos a questão da evasão escolar das camadas populares, nossa atenção volta-se para a escola pública, local onde estão matriculadas as crianças das camadas populares. Este capítulo objetiva refletir sobre a escola pública e suas reais possibilidades de inserção popular.

Em primeiro lugar, devemos ter muito claro, qual o papel da escola e quais seus objetivos enquanto instituição a serviço das camadas populares. Para isto, inicio fazendo um breve esboço da evolução histórica da escola.

Até 1920, predominava a pedagogia tradicional, cujo objetivo era transmitir uma cultura geral de caráter basicamente enciclopédico. A escola sempre atendeu as camadas socialmente privilegiadas e com sucesso, tornando-se ineficaz para as camadas populares, na verdade a pedagogia tradicional vigora até hoje, o que contribui para a evasão dos alunos, principalmente das camadas populares. A ênfase da pedagogia tradicional no desenvolvimento das capacidades mentais, no treino do raciocínio, deixa marginalizados os alunos que não dispõem dos pré requisitos culturais de aquisição do saber. Com efeito, a supremacia do método favorece as crianças que já tem uma experiência prévia fornecida pela família ou pela própria escola. Agindo assim, a escola contribui para aumentar a discriminação social, privando as crianças das camadas populares de usufruírem da única oportunidade de adquirir conhecimentos sistematizados.

Na década de 30, foi criado o Ministério da Educação e Saúde, onde Francisco Campos promoveu em 1931, reformas de ensino superior, secundário (hoje ensino médio) e no ensino comercial. Entretanto, tais mudanças não correspondiam à necessidade de um programa educacional amplo e abrangente. Em vista disto, em 1932, líderes educacionais publicaram o “ Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, destacando-se as seguintes idéias:

- Que a educação fosse uma reação sistemática e categórica contra a velha estrutura do sistema educacional artificial e verbalista;
- Que a educação fosse considerada pelo Estado como função social e eminentemente pública; por isso, de responsabilidade do Estado, em cooperação com todas as instituições sociais;
- Que o Estado garantisse “ escola comum e única ” para todos, não admitindo, “ dentro do sistema escolar do Estado, quaisquer classes ou escolas, as quais só tenham acesso uma minoria, por privilégio exclusivamente econômico “. Admitia-se a existência de instituições educacionais privadas, mas defendia-se, da educação infantil à universidade, a todos os brasileiros, uma formação idêntica;
- Que a educação escolar fosse laica, gratuita, obrigatória, além de respeitar o princípio da co-educação;
- Que o currículo escolar se dinamizasse e orientasse para atender aos interesses dos estudantes; que estimulasse o próprio esforço dos alunos e que a escola se transformasse em uma comunidade em miniatura, preparando o educando “ com o trabalho em grupos e todas as atividades pedagógicas e sociais, para faze-lô penetrar na corrente do progresso material e espiritual da sociedade da qual proveio e na qual vai viver e lutar”.

Cabe registrar, que este movimento representou um grande avanço na problemática da educação brasileira, repercutindo na legislação da educação e até mesmo na constituição de 1934.

Nota-se que a escola continuou altamente seletiva, o que se torna evidente se confrontarmos o número de alunos que concluíram o ensino elementar com os que alcançavam o ensino médio e o superior. Além disso, manteve-se a discriminação entre o ensino técnico-profissional, voltado para a formação de mão de obra subalterna e o ensino secundário, preparatório para o vestibular e para a formação de elites.

No período compreendido entre 1937 e 1945, a sociedade brasileira convive com um modelo político marcado pelo autoritarismo. Em vista disto, o grupo dominante no poder, defendia, entre outras teses, que a elite intelectual, constituída por técnicos (em diferentes áreas do conhecimento) estava preparada para definir o que era de interesse e necessidade da população, cabendo-lhe igualmente disciplinar a participação das massas populares.,

Nesse contexto, a constituição de 1937, de forma paralela a outras modificações, reformula alguns aspectos relativos à educação escolar. Entre outros pontos, cumpre destacar os seguintes:

- Atribui ênfase ao trabalho manual e considera arte, a ciência e o ensino livres à iniciativa individual e à associação de pessoas coletivas, públicas e particulares;
- Torna compulsório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas de nível primário, secundário e normal;
- Define o ensino pré-vocacional e profissional para os estudantes pobres. Este tipo de ensino é estabelecido como obrigação prioritária do Estado, devendo ser realizados em cooperação com o setor industrial.

Na década de 60, nota-se a existência do argumento de que era necessário democratizar o ensino no Brasil. Um dos grupos defendia a escola pública, gratuita para todos, de forma a evitar o elitismo, presente em um projeto de educação escolar a que só tinha acesso quem dispusesse de recursos financeiros. No outro extremo, colocava-se o grupo que defendia a escola particular, subvencionada pelo Estado. Nesta perspectiva, defendia-se o direito de os pais optarem livremente pela educação escolar de seus filhos, independente de sua situação socio-econômica.

Com isso, pretendia-se acabar com a divisão entre o técnico para as classes populares e o ensino secundário para a elite. Entretanto, se analisarmos as estatísticas educacionais referentes ao período, podemos constatar que o setor privado continuou com o maior volume de vagas dos cursos secundários. Considerando o baixo poder aquisitivo da grande maioria da população brasileira, como se poderia imaginar a concretização do ideal da escola para todos?

Entretanto estes dados demonstram que ainda faltava muito a conquistar para que se pudesse afirmar que a escola brasileira era democrática quanto ao acesso das camadas populares, que de cada grupo de 1.000 alunos iniciantes no curso primário, somente 466 conseguiam chegar à Segunda série e apenas 239 iam até a Quarta série.

Quanto ao antigo ginásio, desse grupo de 1.000 iniciantes no curso primário, apenas 91 conseguiam terminar o ginásio e 84 concluíam o colegial (atual ensino médio) . E somente 56 conseguiam conseguir alcançar o primeiro ano de um curso universitário.

Já a década de 70 foi marcada pelo surgimento das chamadas teorias crítico-reprodutivistas, onde destacou-se entre seus teóricos a percepção clara da dependência existente entre educação e sociedade. Todos os autores desta época, consideravam que a escola tinha em suas raízes uma função equalizadora, mas que no entanto esta se tornava cada vez mais discriminatória e repressiva e que as teorias anteriores reforçavam o quanto a escola reproduzia a sociedade de classes e o modo de produção capitalista. Entre estas teorias, três merecem destaque:

- **TEORIA DO SISTEMA DE ENSINO ENQUANTO VIOLÊNCIA SIMBÓLICA:** Bourdieu e Parsseron vem afirmar que a ação pedagógica exercida pela escola se dá através da imposição da cultura e dos valores da classe dominante sob as classes dominadas. Daí chama-la de violência simbólica, pois forma opinião através da inculcação na classe dominada de uma determinada ideologia. Da mesma forma que esta violência se dá através dos meios de comunicação, da pregação religiosa, da atividade artística. Na escola esta dominação ocorre de forma institucionalizada, aceita e reforçada através do sistema escolar. De acordo com esta teoria, marginalizados são os grupos ou classes dominadas. Marginalizados socialmente porque não detêm o capital econômico e também culturalmente já que não detêm o capital cultural, que é através destes mecanismos que a classe dominante legitima seu poder.

- **TEORIA DA ESCOLA DUALISTA:**

A teoria elaborada por C. Baudelot e R. Establet defende que a escola que aparentemente é unitária, é uma escola dividida em duas grandes redes, as quais correspondem à divisão da sociedade capitalista em duas classes: burguesia e proletariado. Defendem que o papel da escola não é simplesmente legitimar as desigualdades, mas que tem a missão de impedir o desenvolvimento da ideologia do proletariado e a luta revolucionária. Cabe dizer que a escola qualifica o trabalho intelectual e desqualifica o trabalho manual, assim a escola torna-se um fator de marginalização a cultura burguesa em relação a cultura proletária. Segundo estes autores, a escola não pode ser encarada como um palco para onde se possa fazer a luta de classes .

- **TEORIA DA ESCOLA ENQUANTO APARELHO IDEOLÓGICO DE ESTADO:**

Althusser vem afirmar que a escola desempenha um papel de Aparelho Ideológico de Estado, pois constituem instrumento de reprodução das relações de produção do tipo capitalista. Assim, uma grande parte da sociedade (camadas populares) cumprem a escolaridade básica e é

introduzida no processo de educação; enquanto uma pequena parte atinge o ápice da pirâmide escolar, estas (as classes dominantes) é que vão ocupar as funções de “ profissionais da ideologia “ (nos Aparelhos Ideológicos de Estado). Trata-se, portanto de reproduzir as relações de exploração capitalista, logo o Aparelho Ideológico de Estado escolar, ao invés de ser instrumento de equalização social, constitui um mecanismo para perpetuar os interesses das classes dominantes.

Todas estas teorias exerceram grande influência na educação da América Latina, colocou-se em evidência o comprometimento da educação com os interesses dominantes e contribuem para que educadores progressistas articulassem o sistema de ensino com o objetivo de superar o problema da marginalização a qual é submetida os alunos das camadas populares.

Já por volta de 1980, surgiram educadores que denunciaram o caráter mecanicista das teorias crítico reprodutivistas e advogam as possibilidades do trabalho pedagógico-didático, não apenas valorizando a escola pública, mas também empenhando-se numa melhoria da qualidade escolar, enquanto instância de difusão do conhecimento.

No entanto, estas concepções tem algumas divergências: a escola cumpre o papel preponderante de aparelho ideológico do Estado, pela inculcação da ideologia burguesa, pela formação da força de trabalho e pelas formas de controle social; sendo uma instituição à serviço dos interesses das classes dominantes, trabalha contra o proletariado; conseqüentemente a educação deve organizar-se fora do sistema educacional oficial, no seio das organizações operárias e dos movimentos populares autônomos. Esta seria a única forma de educação popular.

Atualmente verificamos a estruturação do regime neoliberal, que obviamente tem reflexos sobre a educação brasileira. O neoliberalismo ataca a escola pública através de estratégias privatizantes cuja política de reforma cultural, pretende apagar do horizonte ideológico de nossa sociedade, a possibilidade de uma educação democrática, pública e de qualidade para as maiorias. Para isto, o neoliberalismo precisa despolitizar a educação, dando-lhe um novo significado, tornando-a uma mercadoria como qualquer outra, onde aqueles que tem recursos a compram. E o neoliberalismo, só conseguirá se impor se desintegrar culturalmente a existência do direito à educação e assim deve acabar com a instituição que possa garantir a concretização de tal direito;

a escola pública. Para isto, utiliza a escola como mecanismo de difusão de sua cultura, visando a sua manutenção no poder.

2.2-A CULTURA QUE A ESCOLA LEGITIMA:QUE CULTURA É ESSA?

Pelo fato de em nossa sociedade a elite econômica ser também a elite cultural, ou seja, as classes dominantes, estas acabam por transmitir seus valores de forma que prevaleçam sempre os seus interesses. Não parece conveniente que a maioria das pessoas tenha acesso ao conhecimento, pois isto pode ameaçar sua hegemonia, o interessante é justamente que as camadas populares não tenham a consciência de que são manipuladas, e para isto, nenhum instrumento pode ser tão eficiente na manipulação das classes dominadas quanto a escola, uma vez que privar um povo de educação ou lhe dar um tipo de educação que não o torne um sujeito crítico, de fato é um grande passo na construção de seres programados, neste caso programados para serem submissos, para se contentarem com a posição de dominados, daquele que está de certa forma subordinado a um superior.

Neste caso a cultura tem um peso fundamental ,pois entendendo cultura do indivíduo como sendo a maneira deste agir e atuar dentro do seu grupo, na verdade pretende-se manipular e domesticar um determinado grupo social. Esta dominação tem início na destruição de sua cultura, pois assim este grupo perde a sua identidade histórica e social , tornando-se muito mais facilmente manipulado (basta lembrar o que na história do Brasil fizeram os europeus “ civilizados” fizeram com a cultura do negro e do índio no processo de colonização, estas culturas foram aniquiladas em detrimento do ensinamento de um cultura única tida como superior!)

Se pararmos para refletir é exatamente isto que a escola faz com a cultura das classes populares, ela simplesmente é tida como inferior, deficitária e substituída por uma cultura escolarizada das classes dominantes, tida como sendo a única válida, correta, superior, é esta cultura que a escola valoriza. A escola não respeita as diferentes formas de cultura, as diferenças regionais, sociais e até mesmo individuais, diferença esta que é muito rica, pois reflete a diversidade de um país com múltiplas culturas, porque não valorizá-las? Será que estas nada tem a ensinar? Porque transformar tais diferenças que são tão ricas em deficiência?

Isto se dá porque a escola reproduz e valoriza a cultura das classes dominantes, visando sempre sua manutenção enquanto classe superior, daí a necessidade de transmitir apenas a sua cultura, com isso ditando suas regras, seus valores.

Que tipo de impacto as crianças das camadas populares sofrem ao entrar na escola? Sabemos que ao entrar na escola a criança traz consigo uma série de experiências, hábitos de linguagem que são um reflexo da sua família e do seu meio social, toda sua personalidade foi construída pela assimilação destes valores, no entanto não é esta cultura que a escola aceita, e assim é natural que a criança tenha um sentimento de estranheza diante da linguagem, das normas, dos valores da escola, que são totalmente diferentes da sua realidade. Além disto, a criança percebe que lhe é negado a possibilidade de trazer sua cultura para dentro da escola e isso se traduzirá em um enorme sentimento de inferioridade, é como se sua cultura, o seu conhecimento, não servissem para absolutamente nada e com isso a criança percebe a violência (neste caso chamada de simbólica) a qual está sendo submetida e acaba cedendo ao jogo de poder que está no interior do sistema escolar como um todo, e acaba por silenciar-se e aceita passivamente toda esta manipulação.

Sabe-se que a escola está impregnada de uma cultura que foi construída lentamente e está em permanente interação com uma cultura mais ampla (que é a da classe dominante) e que esta cultura escolar é um dos elementos para consolidar o fracasso ou sucesso escolar. Ao reconhecermos que realmente existe uma cultura escolar, podemos facilmente concluir que os indivíduos que entram na escola nada mais fazem do que se adaptar aos valores, as crenças desta instituição. Essa cultura escolar legitima condutas, currículos, avaliações, séries e disciplinas, tornando os tradicionais processos de exclusão popular como algo explicável e legítimo tanto do ponto de vista pedagógico quanto social. Assim, podemos afirmar que o sucesso ou fracasso escolar são produzidos deliberadamente pelo sistema de ensino

Mais uma vez fica claro que a nossa escola não está estruturada para permitir uma experiência de fato educativa para os alunos das camadas populares mantendo sua estrutura seletiva e principalmente excludente.

Se quisermos modificar esta realidade tão presente em nossas escolas, temos que ter consciência da importância da cultura popular, o professor deve estar atento as manifestações da cultura popular e incentivar o desenvolvimento das crianças das camadas populares, na perspectiva de sua própria cultura e não impor a cultura dos grupos dominantes.

Toda esta questão traz a tona o pensamento de Paulo Freire, que afirma que:

“ É o meu bom senso , em primeiro lugar, o que me deixa suspeito, no mínimo, de que não é possível à escola, se, na verdade, engajada na formação de educandos educadores, alhear-se das condições sociais e culturais, econômicas de seus alunos, de suas famílias, de seus vizinhos..... O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ele traz consigo para a escola.”

(Paulo Freire, 1997: 70)

No entanto, as classes populares só criarão uma autêntica cultura quando se libertarem do jugo em que vivem atualmente, já que uma classe não pode expressar-se de maneira criativa dentro de uma situação de opressão. Uma pessoa começa a ser verdadeiramente criativa quando é capaz de ver com lucidez sua realidade e começa a trilhar o caminho que o levará a libertação das forças que o oprimem. Assim, passa a iniciar a produção de uma cultura autêntica e rica, antes disto é capaz apenas de imitar condutas das classes dominantes.

2.3- DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA:

Premissas básicas para a democratização da escola pública:

Não podemos negar que as políticas públicas no Brasil, vem sofrendo mudanças consideráveis. Em se tratando de educação destaca-se a lei de Diretrizes e Bases que apesar de suas limitações, foi um grande avanço , foi a concretização de lutas entre as diversas forças sociais, servindo de um importante instrumento para a democratização da escola pública.

Assim, para que se tenha de fato uma democratização da escola pública, devemos pensar em caminhos para uma gestão democrática no interior desta. Por gestão democrática, entendemos como um processo de luta política que não se limita apenas as práticas educativas, mas também as práticas sociais, seria então a possibilidade de canais para uma efetiva participação dos segmentos populares, portanto faz-se necessário repensar as estruturas de poder que permeiam as relações sociais sobretudo nas práticas educativas.

Partindo daí, devemos considerar a educação como prática social, redimensionando o papel da escola enquanto agência de formação não visando apenas a lógica do mercado de trabalho, mas da importância de se resgatar o papel político desta através de sua função social.. Logo deve-se considerar o contexto social na qual se está inserido, para que se possa delimitar as necessidades da clientela e quais as condições objetivas em que elas se efetivam.

Desta forma, a democratização da escola pública, deve passar pela defesa de um parâmetro mínimo de qualidade que atenda de fato as necessidades das camadas populares. Nesse sentido, Paro afirma que:

“ Se se admite que a preocupação básica da escola pública deve ser a universalização do saber, então, a principal prova de relevância de qualquer inovação que se promova no sistema educacional deve passar pela verificação de sua capacidade de contribuir para tornar realidade esse objetivo.[...] No que concerne à quantidade, a questão está relacionada à expansão da oferta de vagas e de escolas com condições satisfatórias de funcionamento.” (Paro, 1996: 121).

Tal pensamento vem reafirmar a constatação de que somente construiremos uma escola pública democrática se expandirmos a educação para todos os seguintes e se nesta escola se tenha a qualidade esperada para manter o aluno dentro dela (não basta aumentarmos o número de vagas se não priorizarmos a qualidade do ensino nela oferecido). Considerando é claro, que isto implica em lutar pela democratização da sociedade na qual está inserida.

De fato, a democratização da escola pública, é uma questão bastante complexa, entretanto cada profissional tem caminhos a seguir, apesar das limitações que são fruto do próprio sistema escolar. Mas caminhos existem, e o professor deve estar consciente do seu papel, de que se trata sobretudo de uma luta política, onde todos os segmentos (inclusive a comunidade) devem estar envolvidos na busca da ruptura com o autoritarismo do sistema. Para tal, a construção de um projeto político – pedagógico é imprescindível e somente uma escola voltada para os excluídos, as camadas populares é poderá construir coletivamente um projeto pedagógico que forme cidadãos comprometidos tanto cientificamente , tecnicamente quanto politicamente com a construção de uma nova sociedade.

Neste sentido, todos os profissionais envolvidos neste projeto pedagógico, devem estar abertos ao diálogo, onde num país que apresenta carências sociais tão marcantes, todos devem praticar constantemente o exercício da participação coletiva, se os envolvidos no processo de

fato anseiam uma gestão democrática. Esta participação deve se dar em todos os sentidos, desde o administrativo até o pedagógico, buscando construir o consenso pelo diálogo cujo objetivo maior é o de atender as necessidades da clientela, que no caso da escola pública, são os alunos das camadas populares.

2.4-FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO E DA ESCOLA PÚBLICA

De uma maneira ou de outra, todos os indivíduos de uma sociedade, ainda que por pouco tempo, estão sujeitos à educação. Através da análise feita no decorrer deste capítulo, podemos perceber que a educação é um reflexo da sociedade, do momento político, do tempo histórico no qual se está inserido.

Assim, a educação estará sempre permeada por uma determinada visão de mundo da classe social dos defensores de cada teoria educacional (tanto da classe dominante quanto da dominada).

De forma simplista, pode-se afirmar que para as elites, ou melhor, a classe dominante, a escola terá como função a sua manutenção no poder e para as camadas populares a escola (por incrível que pareça) ainda representa a expectativa de uma mudança, de uma melhor condição de vida, representa uma aspiração de um futuro melhor.

Portanto, uma escola que se proponha a atender os interesses das classes populares, terá de assumir suas finalidades sociais referidas a um projeto de sociedade, onde as relações sociais sejam modificadas. Isto significa uma reorganização pedagógica que parta das condições concretas de seus alunos e sua destinação social, tendo em vista um projeto de transformação da sociedade.

O reconhecimento das relações sociais e sua estreita ligação com o processo educacional é imprescindível a uma proposta de educação transformadora. A educação burguesa, opressora, desigual, que até hoje é dada na escola pública, deve ser substituída por outro tipo de educação, cujo compromisso maior seja voltado para os segmentos populares. A escola pública popular oferecida pelo Estado é uma escola burguesa, elitista, feita para o povo, sem a participação da sociedade civil. É necessário que a sociedade civil organizada lute para modificar a estrutura do

Estado que aí está e tente a todo custo resgatar no seu interior um novo tipo de educação que realmente lhe interesse.

A escola pública popular, não é aquela que todos têm acesso apenas. A existência da escola para todos não garante o seu caráter popular, basta lembrarmos que este foi um dos princípios garantidos pela escola burguesa- a universalidade do ensino. A escola pública popular está ligada portanto, à luta desses segmentos por uma mudança qualitativa da escola, conferindo-lhe uma função social.

Desta forma não é possível considerarmos como educação popular, um tipo de educação que ao invés de esclarecer os segmentos populares sobre sua condição de sujeito da história, tenta mascarar, homogeneizar as classes em detrimento da manutenção da ordem social vigente.

Portanto, a educação popular pela qual lutamos :

“ não pode ser feita pelo poder que silencia, mas dentro dos movimentos sociais populares, dentro dos sindicatos, dentro dos partidos políticos populares não populistas. E através da educação que façam sua conversão, o seu suicídio de classes , os pedagogos trânsfugas.”

(Gadotti, 1986:123)

A educação nascida de um contexto histórico, provisório e contraditório, pode perfeitamente ser utilizado como um dos canais instrumentalizadores da classe dominada no sentido de lhe possibilitar a consciência das contradições sociais e, conseqüentemente contribuir para a elaboração de uma contra-hegemonia. Essa deve ser a estratégia utilizada pelos educadores e pelas instituições educacionais comprometidas e empenhadas com a transformação da sociedade. Para isto, é condição fundamental o reconhecimento crítico dos limites que se colocam como empecilhos a essa prática política-pedagógica, devendo portanto serem ultrapassados.

Faz-se necessário, acreditar que a construção da escola pública popular, a qual almejamos, poderá ser iniciada justamente no interior da escola pública burguesa. Lá no seu interior, podemos atuar visando sua transformação.

Não podemos falar em estado democrático, quando a maioria da população é silenciada, tem seus saberes ignorados, em função da classe dominante que mantém o poder político, econômico e ideológico. É certo que o estado burguês jamais irá construir ou até mesmo facilitar a construção da escola pública popular; essa é uma luta e uma conquista da sociedade civil

organizada, principal interessada num outro modo de vida e de educação. É uma conquista que requer coragem, clareza e ao mesmo tempo uma compreensão crítica ao fazer a história. Como afirmou Paulo Freire:

“ a história se faz na medida em que se faz o possível de hoje e se ousa possibilitar hoje o impossível de hoje. Só na medida em que eu ousar hoje eu sou capaz de viabilizá-lo amanhã.”

(Freire, 1987).

3-A ESCOLA COMO REPRODUTORA DO STATUS-QUO

Em diferentes níveis do inconsciente coletivo, na sociedade pode-se constatar claramente que existe uma expectativa de que a escola seja capaz de corrigir as injustiças sociais. Isto é o que todos almejam, entretanto urge analisarmos em até que ponto a escola não colabora para a manutenção do status-quo.

Partindo principalmente da realidade de países dependentes economicamente, onde não verificamos uma escolarização plena, espera-se que a escola seja capaz de desfazer, ou pelo menos, diminuir as diferenças sociais: que consiga aproximar as classes sociais, que promova mobilidade de uma classe para outra, enfim, que promova uma igualdade de oportunidades. Entretanto, as experiências realizadas com o intuito de democratizar a escola, ou seja, de igualar as oportunidades das diversas classes sociais, faz com que constate-se que a escola é incapaz de desfazer as desigualdades vistas na sociedade.

Assim, diante da realidade da educação pública brasileira, o educador preocupado com a realidade dos alunos das camadas populares, deve analisar de uma forma mais crítica de até que ponto a escola é somente reprodutora da ideologia dominante, ou se ela pode de alguma forma colaborar com a transformação. Cabe analisarmos se a escola pode contribuir para sua própria mudança e para a superação das estruturas sociais vigentes ou, sendo a escola um subsistema do sistema social mais amplo, só mudará na medida em que se alterarem as condições sociais mais gerais, ou seja, a mudança na escola somente será possível se houver uma mudança à nível macro-social. Todas estas questões serão elucidadas no decorrer deste capítulo.

Sabemos que a educação é um processo do qual nenhum indivíduo que viva em sociedade escapa, ela é condição necessária para a vida humana. Entretanto, a educação é paradoxal: ao mesmo tempo que é instrumento de controle social, ela contribui para a modificação das condições existentes; ao mesmo tempo que oprime, liberta. No Brasil, como já analisei anteriormente, a grande maioria da população não chega a concluir o ensino fundamental, o que contribui para manter a situação de injustiça e controle social em que vivemos.

Existe um setor da sociedade que se beneficia diretamente da situação existente, são as classes dominantes, por isso, insistem em conservar a ordem vigente. Se não podem conservá-la

pretendem ao menos controlar o próprio processo de mudança, para que possa garantir a manutenção de seus privilégios. Para isso nada melhor do que controlar a instituição oficial do saber, que pode vir a ser instrumento para a emancipação dos oprimidos, a escola. Assim sendo existem aqueles que lutam pela mudança, que não encaram a ordem social vigente como garantia de privilégios para uns, as custas de uma maioria, que pregam igualdade de direitos e deveres para todos.

A escola enquanto instituição não apenas reproduz as desigualdades encontradas no interior da sociedade como também colabora para sua manutenção. E o faz de forma, podemos até dizer, bastante competente, exerce um controle social através da educação, que é feita através de processos distintos, que vão desde os mais sutis, até os mais coercitivos, são eles: a reprodução, a repetição, a segregação, o condicionamento, a repressão e o mais grave de todos, a total exclusão do aluno da instituição.

Em primeiro lugar temos a reprodução. A escola, procura reproduzir dentro dela, as condições do sistema social mais amplo que a abrange. Para isso, utiliza-se de todos os elementos da escola: os professores são treinados para transmitir o que receberam, sem nada acrescentar; os prédios das escolas são construídos de forma a garantir a ordem e a disciplina,; as turmas são divididas de maneira a dificultar o intercâmbio criativo e a facilitar a dominação; os métodos de ensino, dão exagerada importância à autoridade, em prejuízo da livre pesquisa e da discussão.

Esta reprodução atinge os diversos campos de vida humana, entre eles: as condições econômicas, as condições sociais e as condições culturais, uma vez que todos estes elementos juntos colaboram para a reprodução das estruturas sociais encontradas no seio da sociedade e que como veremos a seguir a escola trata de reforçar.

Quanto as condições econômicas, podemos constatar que ainda hoje as escolas estão divididas em dois grandes grupos distintos, cujos interesses também divergem entre si. No primeiro estão aqueles destinados às classes econômicas mais elevadas, de maior prestígio social, que possuem inúmeros recursos para oferecer a seus alunos, possibilitando as melhores condições de ensino e aprendizagem: salas ambientes, laboratórios, bibliotecas, professores bem remunerados que são incentivados a fazer um aperfeiçoamento profissional constante, recursos

audiovisuais diversos, auditórios, quadras poliesportivas, enfim toda uma infra-estrutura que colabora para o sucesso do trabalho junto a clientela a qual se destina.

Enquanto o outro grupo, que inclui a grande maioria das escolas e que está destinada aos setores populares, têm recursos extremamente reduzidos: prédios em ruína, inexistência ou precariedade de bibliotecas e laboratórios, falta de recursos audiovisuais, ginásios e quadras de esportes, professores mal remunerados que não têm tempo de se especializar pois cumprem uma jornada de trabalho exaustiva em função dos baixos salários, se vêem obrigados a trabalhar em até três turnos, e portanto sem as condições necessárias para atender bem a sua clientela. Não podemos negar que estas questões refletem e muito na qualidade do ensino que é oferecida aos alunos desta instituição que são exatamente aqueles alunos oriundos das camadas populares. Será apenas uma infeliz coincidência?

Junto as condições econômicas, temos as condições sociais. Como já foi dito, a escola reproduz em seu interior as relações sociais externas. Da mesma forma em que vivemos em nossa sociedade uma competição desenfreada, onde sobrevivem os considerados mais fortes, mais capazes, tal processo também é facilmente verificado no interior das nossas escolas, onde aqueles considerados mais inteligentes, que aprendem com mais facilidade são estimulados, aqueles que não conseguem aprender e que obviamente, precisariam de um maior incentivo e trabalho por parte do professor, são justamente desprezados, não considerados, é o “coitadinho” que não consegue aprender de jeito nenhum... Desta forma a escola está estimulando uma competição nada saudável, onde vencem somente os mais capazes, e que os considerados perdedores, saem convencidos de que são os únicos responsáveis pelo seu insucesso, além disso, reproduzem o autoritarismo vigente na sociedade, estabelecendo uma separação bastante clara entre aqueles que mandam e aqueles que obedecem, passivamente do contrário serão esmagados pelo sistema escolar.

Tudo isto traz conseqüências muito negativas, que vem a ser o total desrespeito à dignidade humana, uma vez que o aluno não é tratado como uma pessoa, como sendo sujeito de sua própria educação, mas como um mero objeto que é manipulado por aqueles que detêm o poder, levando estes sujeitos a uma passividade diante da dominação. E é exatamente de indivíduos passivos e facilmente manipuláveis que a classe dominante precisa ter para continuar

no poder, precisa da formação de indivíduos que aceitem ser dominados sem contestação, e desta forma a escola acaba por formar estes indivíduos, ao lhe negar instrumentos de participação social.

Da mesma forma são manipulados os conhecimentos aos quais as camadas populares têm acesso, esses são selecionados em função dos interesses daqueles que desejam conservar a atual situação (status quo), conhecimentos que favoreçam a criatividade e o senso crítico do aluno são relegados a segundo plano, os conhecimentos transmitidos são prontos e acabados, que serão cobrados nas provas, e o pior, são totalmente desconectados das realidades dos alunos.

Assim, uma elite detêm o controle e dita aquilo que é considerado como importante, como válido, desconsiderando qualquer outra forma diferente, ou seja, uma minoria produz uma determinada cultura enquanto a maioria simplesmente a consome, sem poder contestar, uma vez que esta é a única considerada como válida, inclusive dentro da escola!

Na escola, o professor é considerado o depositário de todos os conhecimentos, e os alunos nada mais são do que seres ignorantes que devem estar dispostos a aceitar aquilo que é transmitido pelo professor, o detentor do saber.

A repetição também é um recurso utilizado pela escola para reproduzir a ordem social vigente, através de uma constante repetição dos mesmos comportamentos em todas as aulas o que cria hábitos profundamente arraigados na personalidade do educando. A tendência é que esse aluno passe por toda sua escolarização, repetindo, copiando o que os outros mandam fazer. O aluno sai da escola convencido de que há um grupo que sabe mandar e outro que não sabe e que deve obedecer, claro que ele faz parte deste segundo. Além disto, esta repetição constante tolhe a criatividade, desestimulando o desenvolvimento da inteligência. Aqueles interessados na manutenção da ordem vigente estão muito mais interessados em estabelecer hábitos de comportamento e de convivência passiva das classes dominadas, do que desenvolver a inteligência acrítica, pois assim estes deixariam de ser dominados.

Outro processo também bastante eficiente, é o de segregação da vida escolar, ou seja, a escola como um mundo a parte, onde se procura transmitir um conteúdo distante, abstrato, impossibilitando a abertura de discussões de problemas reais, que afligem o cotidiano destes

alunos. A maior consequência disto é que o aluno acaba desenvolvendo seu pensamento de forma compartimentada, não conseguindo estabelecer relações entre assuntos diferentes. A escola também segrega os alunos entre si, quando classifica-os como forte ou fraco, normal ou anormal, burro ou inteligente, entre tantos outros termos pejorativos. Desta forma, coloca em campos opostos pessoas que têm interesses comuns, fazendo com que lutem uns com os outros, ao invés de se unirem para superar problemas comuns. Todas estas formas de segregação contribuem para a preservação da ordem social vigente, dificultando a organização das pessoas com o objetivo de superar a dominação da qual são vítimas.

Assim sendo, todos estes processos de controle social que são utilizados na escola, nada mais são do que uma espécie de preparação de um processo mais grave e definitivo: a exclusão da vida social, a marginalização cultural, econômica e política, à qual já fiz referência.

Na verdade, os alunos das camadas populares, desde os primeiros anos na escola, são preparados para conformar-se com um fato que para eles acaba sendo considerado como imutável, um “destino” contra o qual nada pode fazer: ficar à margem de tudo, na periferia da sociedade.

No Brasil, como já mostramos, grande parte dos alunos são reprovados na primeira série do ensino fundamental. É uma marca, um estigma, a escola acaba por atribuir aos alunos das classes populares um atestado de incapacidade, e que os acompanhará pelo resto da vida, seria como se a sociedade afirmasse: “você são incapazes, logo não têm condições de se educar, de participar da vida social!”

A criança que, fora da escola, é capaz de inúmeras coisas, que manifesta uma série de habilidades, ao chegar na escola é rotulada como fracassada, incapaz pois não domina os conhecimentos, hábitos e costumes das classes dominantes. Sem dúvida, temos aí um excelente treinamento para uma futura e não muito distante, exclusão social, condição esta que a acompanhará pela vida toda, especialmente se não reagir e lutar por seu direito à participação. Quanto menos indivíduos participarem da tentativa de transformação das estruturas sociais, mais será eficiente a conservação da ordem vigente através do controle social.

Além de todos estes fatores, existe a constatação de que já faz parte do senso comum de que a escola deve ser propulsora de mobilidade social. O erro está em atribuir unicamente a escola tal responsabilidade, na verdade ela tem um papel fundamental neste processo, mas não é a única responsável. Neste sentido a escola pública constitui-se um espaço primordial onde essa luta pode e deve ser travada num trabalho feito por professores progressistas engajados em proporcionar uma educação de fato democrática.

É correto afirmar, sem sombra de dúvida que: .

“a educação seja um fator de mobilidade social, seja individual ou grupal, mas esta questão merece um aprofundamento para que possamos defender a educação como alavanca para o desenvolvimento coletivo de uma sociedade. A educação não provoca mudanças ou transformações de forma imediata. Ela é fundamentalmente “ uma atividade mediadora no seio da prática social”

(Saviani, 1983: p.77)

Ao se estudar a escola, a primeira consideração que se evidencia é que ela, apesar de questionada sobre vários aspectos, apresenta-se como uma instituição sólida no contexto da sociedade moderna. Indivíduos de todas as classes sociais clamam por ela, exigindo seu crescimento e aprimoramento para cumprir aquilo que ela de fato promete

O empenho pela democratização da escola pública vem se manifestando tanto por parte daqueles que tem sido excluídos quanto por parte de educadores e outros indivíduos que propugnam sua obrigação de oferecer educação formal a todos as crianças e jovens. Esse empenho foi fortalecido na última década, quando estudos apontaram com clareza a seletividade promovida no interior da escola, atingindo sobretudo os alunos provenientes das camadas populares. Tais estudos colocaram uma contradição básica dessa escola; a de não conseguir cumprir aquilo que promete e, mais especificamente não cumprir seus objetivos com um determinado tipo de aluno.

O debate sobre a seletividade escolar tem apontado para a quantidade e as características das pessoas que participam do processo educacional, tanto como alunos, quanto como profissionais, mas tem focado com mais insistência , a partir de uma análise macrossocial, a natureza do serviço que a escola presta a população, no contexto de uma sociedade de classes. Estudos que privilegiam essas questões, a nível macrossocial tem sido de extrema importância, porque discutem as características, possibilidades e limitações que a escola apresenta para cumprir os seus objetivos em nossa sociedade. Contudo, esses estudos não tem sido concordantes

entre si. Ao contrário, apresentam respostas diferentes a questão fundamental sobre o tipo de relação que a escola mantém com a sociedade. Diferenças nas respostas correspondem a diferenças quanto a posição teórica que também tem orientado diferentes políticas de ação e prática pedagógica presentes no cenário educacional brasileiro da atualidade.

Diferentes posições teóricas foram objeto de reflexão de diversos autores e cabe, então, fazermos uma breve síntese dividindo-os em três grupos distintos.

No primeiro grupo, estão os autores que consideram a escola e a educação que aí se realiza como relativamente neutras, diante da estrutura e conjuntura social de um determinado país e época. Diferenciações no rendimento escolar dos alunos, segundo esta posição, são atribuídas fundamentalmente a particularidades do individuais. Esta posição, ainda presente no cenário educacional brasileiro, foi dominante entre estudiosos da educação até meados do século xx, apesar de Marx ter afirmado, no século xix, a dependência das diversas instituições sociais as características econômicas. As pesquisas em educação desse período, dominadas pela abordagem positivista ou neopositivista da ciência, reforçaram esse posicionamento “acrítico” sobre a relação escola e sociedade.

A Segunda posição aparece mais recentemente, com autores que reintroduzem a força de determinantes sociais sobre a manifestação do fenômeno educativo. Embora haja diferenças específicas entre os vários autores que têm defendido esta posição, todos têm em comum o suposto de que a escola mantém estreita dependência com o contexto social e que, no quadro da sociedade capitalista, dividida em classes, a escola apenas reproduz, no seu âmbito, as diferenças de classes existentes naquela. Nesse sentido, diferenças no rendimento escolar entre alunos são entendidos como reprodução das diferenças de classe social desses alunos no contexto de uma sociedade de classes. Os autores defensores dessa posição, conhecida como “crítico-reprodutivista”, já estão se tornando clássicos na literatura de referência dos educadores e são basicamente: Bourdieu e Passeron (1975) e Baudelot e Establet (1971). A posição desses autores obteve tal impacto sobre educadores na nossa história recente que provocou uma certa paralisia na prática pedagógica de muitos deles. De fato, o entendimento de que a contradição da escola é uma “contradição secundária”, que dependente da contradição primeira que são as diferenças de classes da sociedade capitalista, e de que aquela contradição não pode ser resolvida

dentro da escola levou muitos educadores a acreditarem que tudo que se tinha por fazer no âmbito da escola era esperar a mudança revolucionária ocorrer na sociedade, para que só então a escola se transforme.

A terceira posição originou-se de estudos menos ortodoxos do pensamento marxista, ressaltando-se a obra de Gramsci (1979 e 1984). A análise que este autor efetuou sobre as superestruturas e, de modo especial, sobre a sociedade civil, incluindo aí o papel das instituições e dos intelectuais, trouxe elementos que se confrontaram com a posição crítico-reprodutivista da escola. Esta terceira posição considera, tanto quanto a anterior, os determinantes sociais do fenômeno educativo, mas apresenta uma análise dinâmica da relação sociedade- escola, onde as contradições da escola são evidenciadas e entendidas no movimento histórico. Por considerar o movimento histórico das contradições que ocorrem no interior da escola, esta posição tem sido denominada de “ histórico- crítica” . Segundo este ponto de vista, a escola, apesar de estar estruturada e organizada na atualidade para atender as necessidades das camadas privilegiadas, pode apresentar estratégias que possibilitem servir á causa das camadas populares. Ou seja, a escola, ao mesmo tempo que reproduz as desigualdades de classes presentes no contexto social, oprimindo os indivíduos pertencentes as camadas populares-, é também o espaço onde os indivíduos que a ela pertencem podem se apropriar do saber escolar, utilizando-o em benefício de seu projeto social.

Entendendo a escola a partir dessa terceira posição, julgamos que necessitamos conhecer a realidade escolar, integrando o conhecimento de sua dinâmica interna à dinâmica histórica, apreendendo assim, o sentido das contradições presentes na sociedade.

Pelo exposto temos estabelecida a relação entre sociedade e a educação, o que não nos permite, em hipótese alguma, abordarmos as políticas educacionais brasileiras sem considerarmos os movimentos estruturais que a comportam. A educação enquanto parte integrante da sociedade, tem com ela uma relação permanente, fato que não pode ser desconhecido. Ao contrário, o reconhecimento de uma relação existente não só nos impulsiona a abordá-la dentro dessa ótica, como nos impede de fazê-lo separadamente. Ou seja, não podemos separar o ato político da educação, pois ambos caminham juntos, não existe prática educativa neutra. Existe de fato uma relação a ser desvelada e, em se tratando de uma relação, as partes

envolvidas devem ser analisadas simultaneamente, como elementos constitutivo de um todo social, sofrendo reciprocamente, ao se relacionarem, influências de suas ações específicas

A partir desse entendimento, estamos a negar a teoria reprodutivista, cuja visão linear dos fatos e das relações sociais, atribui a educação um caráter puramente reprodutor das relações de dominação. Assim, ao negarmos essa visão teórica, destacaremos o caráter contraditório da própria sociedade capitalista e os reflexos dessa contradição retratados pelas instituições sociais, inclusive a escola.

A educação que permeia o ensino público em todos os níveis, deve ser entendida de forma contextualizada, ou seja, deve ser vista numa relação dialética entre o homem e as circunstâncias sociais. Nesse sentido, a educação não deve ser colocada como única responsável pela transformação social, nem tão pouco como reprodutora de toda uma ordem social. É assim que entendemos ser a educação e é nessa perspectiva que deve atuar o educador comprometido com as classes populares: engajando-se no interior da escola burguesa, na luta pela transformação dessa escola e sociedade. A escola não é um corpo isolado, fazendo parte do movimento histórico-social, ela deve ser vista como palco de dimensão de uma luta de classes. É nesse processo de engajamento e de luta no interior da própria escola burguesa que o educador se educa, é nessa perspectiva que se situa a questão do conteúdo.

Na medida em que a escola tem como função exclusiva a socialização do saber sistematizado, do saber erudito, sem considerar o saber popular, então cabe a escola apenas a função de transmitir um determinado conteúdo (saber elaborado, ciência) em detrimento do seu papel social e político. Nessa perspectiva não se considera o saber que o aluno tem, as suas expectativas de vida. Afinal, sabemos que a escola não é a única fonte de saber.

“A fonte de todo saber é o mundo, é a minha experiência dos outros .Nessa experiência do mundo eu tenho a minha experiência, o que eu sei e o que o aluno sabe. Esse é o primeiro patamar necessário, sem o qual não tem nenhuma elaboração científica, técnicas e não tem sentido qualquer conhecimento...eu não posso fazer a ditadura do meu conhecimento, da minha experiência sobre os outros. É preciso o saber histórico e social, portanto o saber dos outros que me antecederam, que pensaram também.”

(Gadotti, 1988)

Dito isso, a ação pedagógica a ser desenvolvida na escola nessa perspectiva ganha um peso significativo na formação da consciência crítica, na formação do novo saber, da nova cultura. Portanto, a ação pedagógica a ser desenvolvida pelo educador comprometido com a luta

pela transformação social jamais contribuirá para a elaboração da consciência crítica das camadas populares se for de caráter individualizado. A ela compete uma ação coletiva, unificada, anulando a distinção entre aqueles que “ sabem sem saber” e aqueles que “ sabem sem sentir”. Ademais “ o erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem acreditar que se possa saber sem compreender e principalmente sem sentir e estar apaixonado não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber.” (Gramsci, 1987:139)

A partir daí, surge uma questão importante; refere-se ao processo de se fazer chegar o saber sistematizado as classes subalternas. Nesse sentido, evidentemente as atuais pedagogias apresentam pouca eficácia. A preocupação delas é outra: estão articuladas com os interesses das camadas dominantes. Hoje, porém, a preocupação deveria ser justamente a de produzir uma pedagogia articulada com os interesses das camadas populares.

A pedagogia articulada com a burguesia em ascensão, será a pedagogia da essência. E pelo fato de ser revolucionária, vai se contrapor a ordem feudal, fundamentalmente diferenciada, hierarquizada e baseada em privilégios, em uma ordem justa, fraterna, igual. Mostrará a classe dominante que seu domínio não decorre da natureza das coisas, ao contrário, é não natural, social, histórico. Esta postura revolucionária, informa-nos Saviani, “ é uma postura essencialmente histórica, é uma postura que se coloca na direção do desenvolvimento da história. Ora, naquele momento a burguesia colocava-se justamente na direção do desenvolvimento da história e seus interesses coincidem com os interesses do povo, com os interesses da transformação; e é nesse sentido que a filosofia da essência vai fazer uma defesa intransigente da igualdade essencial dos homens.” (Saviani 1983: 432). Entretanto, à medida que alcança o poder e nele se consolida como classe hegemônica, sua perspectiva já não é mais revolucionária, é conservadora. Seu objetivo não é mais transformar a ordem social, ao contrário, é ter mecanismos necessários a sua manutenção no poder.

No entanto, o momento histórico é outro, a classe revolucionária já é outra: não é mais a burguesa, é o seu oposto, a do proletariado. Este agora, já não mais se contenta com a igualdade formal do direito burguês. Luta pela obtenção da igualdade real. E para isso um instrumento decisivo é obter a igualdade de acesso e permanência na escola para ter condições de ascender ao saber sistematizado. Assim, a luta pela igualdade real implica a distribuição igualitária dos

conhecimentos. Desta forma, torna-se necessária uma nova pedagogia revolucionária, centrada na igualdade real entre os homens.

A partir destas relações feitas entre a escola e a sociedade, procuramos analisar a situação educacional brasileira a luz dos conceitos de educação seletiva para a formação de elites, e a educação comum, para a formação do cidadão comum da democracia.

Em face da aspiração de educação para todos e dessa profunda alteração da natureza do conhecimento e do saber, a escola não mais poderá ser a instituição segregada e especializada na preparação de “ escolásticos “, ou seja, de intelectuais, mas deveria transformar-se na agência de educação dos trabalhadores comuns, dos trabalhadores qualificados, dos trabalhadores especializados em técnicas de toda ordem, dos trabalhadores da ciência no seu aspecto tecnológico.

As escolas não foram criadas para renovar as sociedades, mas para perpetuá-las e, por isso mesmo, a sua relação com as estruturas sociais de classes teria de ser a mais estrita. Nenhum sistema de escola, jamais foi criada com o propósito de subverter a estratificação social estabelecida.

Na realidade porém, a idéia da “escola comum pública “ nascida com a Revolução Francesa, importava-se exatamente em sobrepor-se ao conceito de classe, e promover uma educação destinada a todos os indivíduos, sem intenção de prepara-los para quaisquer das classes existentes.

A escola acaba assim, por refletir o dualismo da sociedade brasileira entre os favorecidos e os desfavorecidos. Por isto mesmo, a escola comum, a escola para todos, nunca chegou, entre nós, a se caracterizar, ou a ser de fato para todos. A escola era para a chamada elite. O seu programa, o seu currículo, mesmo na escola pública era voltado essencialmente para as classes dos privilegiados

Sabemos que esta é a realidade da educação brasileira atual, uma escola feita e voltada para a classe dominante, onde os alunos das camadas populares cedo ou tarde, estão fadados ao fracasso. A escola através de sua metodologia, através da cultura que valoriza, através dos

conteúdos desconectos da realidade da realidade do aluno acabam por promover a evasão destes alunos de baixa renda.

Se hoje, a evasão escolar (internalizada sob a forma de auto-exclusão) é algo exorbitante na rede pública de ensino, não podemos vê-la como resultado de uma desvalorização da escola pelas camadas populares, sua clientela. Na realidade, as causas desta expulsão escolar devem ser analisadas de forma séria e responsável, buscando suas origens no quadro social e político do país. Nessa perspectiva, não só as causas reais da evasão escolar virão a tona, mas, certamente muitas outras, subsidiando-nos de forma a melhor entendermos a repetência, a precariedade de funcionamento das escolas públicas, a qualidade do ensino nela ministrado, o atendimento a demanda escolar, o salário dos professores, etc. Enfim, teremos mais chances de entendermos com mais profundidade as causas reais que deterioram a educação pública.

Para isto, faz-se necessário a construção de uma pedagogia emancipatória, competente porque comprometida com as mudanças, provocando em seus alunos uma verdadeira paixão de conhecer o mundo. Aqueles formados nesta escola, se tornarão cidadãos conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade melhor. Nela estará se construindo, portanto, uma cidadania consciente, logo comprometida com o coletivo. No entanto, quando a ação pedagógica está vinculada a um projeto excludente como o neoliberal, na escola se constrói a subalternidade consentida ou inconsciente de um lado (o lado das classes populares) e de outro lado, o individualismo possessivo, competitivo e consumista (o lado dos que detêm o poder).

A escola ainda que se apresente como neutra, é um espaço de luta por hegemonia, em que interesses hegemônicos fazem por dificultar, senão impedir, a criação de uma escola de qualidade para os alunos das classes populares, mas onde os interesses contra-hegemônicos lutam por instalar uma discussão política sobre o papel da escola e da cultura no movimento emancipatório do qual participam aqueles que foram historicamente subalternizados e hegemonzados.

Rediscutir o papel da escola, numa perspectiva emancipatória, nos leva a retornar a Gramsci em sua preocupação de que a “ tendência democrática, intrinsecamente não pode consistir apenas em que cada cidadão possa se tornar governante e que cada sociedade o coloque, ainda que abstratamente nas condições gerais de poder fazê-lo.”

O que temos hoje, é uma escola que prepara uns, uma minoria para posições de mando, e outros, a maioria, para o papel subalterno, que a sua situação de classe, de raça e de etnia lhes anuncia. Assim foi, continua sendo e assim persistirá a educação no Brasil se não houver um forte movimento da sociedade em defesa da educação pública, gratuita e obrigatória e de qualidade para os que até então não foram excluídos da escola.

A partir de todas estas constatações, podemos concluir que o tipo de educação que está enraizado em nossas escolas é aquela que colabora para o fracasso e expulsão dos alunos de baixa renda. Se quisermos reverter essa situação temos que ter em mente que a instituição escola, enquanto Aparelho Ideológico de Estado, pode nos trazer limitações, mas que no entanto são insuperáveis e a escola pública ainda é um espaço onde o educador de fato consciente da sua responsabilidade com seus alunos das camadas populares, pode consolidar um trabalho que venha a conduzir seus alunos ao desenvolvimento do senso crítico colocando-os cientes de sua posição de dominados e criando-lhes instrumentos para sua emancipação.

Apesar das condições reais em que se encontra a escola pública hoje, acreditamos que é no seu interior que por mais que pareça contraditório, já que toda sua estrutura é seletiva e excludente, que podemos trabalhar em busca da escola que almejamos. Sabemos que a escola pública que está aí não é a que merecemos, nem tampouco a que sonhamos; assim como temos convicção de que a construção dessa nova escola exige de nós uma tomada de posição, exige de nós uma ação, um comprometimento político, não existindo neutralidade.

“ Creio que nunca precisou da relação pedagógica o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Desse ponto de vista, que é reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para as prática apolíticas, com se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser neutra”

(Paulo Freire, 1996:110)

Deve-se ter em mente, que existem limites enormes a serem ultrapassados, o educador deve ter plena consciência disto. A prática educativa, como toda prática social, é limitada, e os limites são de toda ordem, como já analisei anteriormente. Entretanto, as práticas sociais, inclusive a educativa, dão-se num determinado contexto, que, sendo histórico, é contraditoriamente um espaço de possibilidades. Dai porque somos levados a acreditar que existem possibilidades políticas e pedagógicas a serem encorajadas e não suprimidas.

É necessário se ter muito claro, que não basta discutirmos a construção de uma nova escola. Devemos ter em mente, que tipo de escola estamos querendo construir. Não se trata simplesmente de rotular essa nova escola como sendo pública e popular. O que vai definir uma escola como popular, é a função que ela desempenha na sociedade civil, ou seja, é o compromisso político dessa escola para com as camadas populares, onde o saber ali elaborado possa servir de instrumentalização para esses segmentos. Trata-se realmente de uma nova escola, cuja efetivação é permeada por alguns princípios próprios, conferindo-lhe o caráter popular.

Mesmo reconhecendo o grau de complexidade que envolvem todas essas questões aqui abordadas, a escola pública deve ser encarada de forma corajosa e competente, devendo ser assumida por todos aqueles envolvidos e comprometidos com o processo de transformação social.

Não é viável a construção de uma sociedade democrática, se a educação não é capaz de assegurar as mesmas possibilidades a todos os indivíduos, independente do seu meio social. As relações, portanto, entre Estado democrático e a educação são relativamente intrínsecas, no sentido de que a educação é condição prioritária para a existência do Estado democrático, ou seja, não podemos falar em democracia numa sociedade em que a maioria- as classes populares – tem sua voz silenciada.

Não podemos desvincular uma transformação na escola, sem pensarmos numa transformação `a nível de sociedade, o que não é uma tarefa muito fácil. Requer acima de tudo, vontade política, e já constatamos que isso não interessa as classes dominantes, isto colocaria em risco a sua própria manutenção no poder. Tudo isto, já foi constatado por diversos estudiosos voltados para a educação popular. No entanto, devemos avançar nessas questões criando brechas dentro das diversas possibilidades que o educador tem todo dia em sua sala de aula.

Analisando o espaço sala de aula, como sendo seu, o professor consciente de sua responsabilidade junto aos seus alunos. Dentro deste espaço o professor pode e deve criar possibilidades, avançar até onde lhe for permitido, os limites que a instituição lhe impõe. Assim, já é um começo. Cada sala de aula é um espaço amplo de possibilidades onde o educador pode possibilitar ao seu aluno não apenas conteúdos sistematizados, onde cada educador pode preparar, instrumentalizar o seu aluno para a vida. Cada professor tem esta responsabilidade,

sobretudo aquele que trabalha com as camadas populares. A conscientização aliada ao conhecimento certamente é um grande passo para a liberdade, para a emancipação e para a ascensão social do indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este trabalho de pesquisa, examinou a relação existente entre a evasão escolar e as camadas populares, mostrando o caráter político e social da escola. Concluímos que o fracasso escolar é um fenômeno social- cultural e político.

No entanto, para que se modifique esta situação de exclusão, não basta apontarmos as causas do problema e pontuar soluções. Fazer isto é permanecer no nível do senso comum. O educador comprometido com a mudança da escola deve estar aberto para mudar, para trabalhar com novas perspectivas de educação voltada para o povo.

Sabemos que a escola tem passado por mudanças ao longo do tempo (desde sua instituição até os dias de hoje). No entanto a grande maioria destas reformas são apenas “retoques” que não colaboram para modificar a estrutura da escola, como por exemplo, prédios mais modernos, provas um pouco mais elaboradas, utilização de alguns recursos pedagógicos, mas no entanto, o conhecimento é sempre transmitido pelo professor, único detentor do saber.

Entretanto, esta transformação na relação entre educador/ educando, fica restrita à ação de um pequeno grupo de educadores que acreditam realmente na importância da mudança. Isto porque a escola nada mais é do que um reflexo da nossa sociedade, e enquanto esta continuar excludente, centralizada e hierarquizada, enquanto a grande maioria dos indivíduos tiver a sua voz silenciada, a construção desta nova escola será sempre bloqueada por aqueles educadores que de certa forma já se conformaram com esta situação de dominação e principalmente pela oposição (classes dominantes), ou seja, por aqueles que controlam o sistema educacional.

Mas não podemos deixar de valorizar e de aproveitar as brechas possíveis que o professor tem no seu espaço escolar. Ao fazer isto, tanto os educadores quanto os educandos, farão de sua prática educacional um instrumento para enfrentar este sistema escolar que aí está imposto..

Na verdade a raiz do problema educacional, está fora da escola, ou seja, está no interior da sociedade brasileira, a escola reforça a ação controladora e domesticadora de nossa sociedade de consumo e do próprio Estado, ou seja, a escola colabora para a manutenção do status quo e o

neoliberalismo através de sua prática de privatização, tende cada vez mais a isentar o Estado e o próprio sistema escolar de qualquer tipo de responsabilidade.

Assim sendo, para pensarmos numa mudança em larga escala na educação, a experiência cotidiana de cada cidadão, de cada grupo social deve ser transformada em uma verdadeira fonte de questionamento, de participação e, conseqüentemente, de conhecimento. Tendo seu saber valorizado o indivíduo será capaz de tornar-se sujeito crítico, podendo atuar junto a realidade que o oprime.

Verificamos a prática de educadores, que motivados por uma insatisfação com o sistema educacional vigente vem tentando (justamente através destas brechas) instaurar uma relação de aprendizado mais autêntica e dinâmica com seus alunos, de maneira que possibilite o desenvolvimento de sua criatividade e de sua autonomia junto as camadas populares.

Não podemos falar em democracia, em igualdade de oportunidades dentro do sistema educacional atual. Somente transformando a maneira de agir e de pensar, é que chegaremos a viver um outro tipo de educação que não seja mais monopólio da instituição escolar e de professores que se julgam os detentores do saber, mas sim de uma atividade permanente que deve ser assumida por todos os membros envolvidos no processo (professores, alunos, pais, comunidade) visando realmente a emancipação das classes dominadas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA :

- Beisiegel, Celso de R. (1982) Educação e sociedade no Brasil após 1930. In: Holanda, Sérgio Buarque de, e Fausto Boris. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difel.
- Censo Educacional do Estado do Rio de Janeiro, 1996.
- Chauí, Marilena S. (1981). O que é ideologia? São Paulo, Brasiliense.
- Freire, Paulo. (1996). Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa. 5ª edição. São Paulo, Paz e Terra.
- _____. (1987). Entrevista concedida à AMDVG.
- Gadotti, Moacir et alii. (1986). Pedagogia: diálogo e conflito. 2ª edição. São Paulo. Cortez.
- _____. (1988) Entrevista concedida à AMDVG.
- Gramsci, Antônio. (1987). Concepção dialética da história. 7ª edição. Rio de Janeiro, Civilização brasileira.
- Kramer, Sonia. (1984). Questões raciais e educação: entre lembranças e reflexões. Caderno de pesquisa nº 93, São Paulo.
- Paro, Victor. A. (1996). Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia. Campinas, Papirus.
- Saviani, Dermeval. (1983). Escola e democracia. São Paulo, Cortez.